



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

240
rap.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO nº 0018575-30.2008.8.17.0001 (327760-1)

EMBARGANTE: NOBERTO CHACON FRAGA

EMBARGADOS: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS

COMARCA: RECIFE – 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. ENQUADRAMENTO EM CARGO DE TÉCNICO JUDICIÁRIO. ESCRIVENTE DE CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA LEI 11.195/94 AO APELANTE. QUINQUÊNIOS INDEVIDOS. VANTAGEM DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO EFETIVO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 327760-1, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, **em conhecer e rejeitar os Embargos**, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 13 de junho de 2014.

Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

241
rp.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO nº 0018575-30.2008.8.17.0001 (327760-1)

EMBARGANTE: NOBERTO CHACON FRAGA

EMBARGADOS: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS

COMARCA: RECIFE – 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo nº 327760-1, mantendo a decisão terminativa que confirmou na íntegra a sentença de 1º grau, proferida pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública, a qual julgou improcedente os pedidos do autor para enquadrá-lo como servidor público do Poder Judiciário e receber os quinquênios.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois deixou de se pronunciar a respeito da violação ao art. 37, caput, da Constituição Federal.

Pugna, ao final, pelo acolhimento e provimento deste Recurso, para que esta Câmara se manifeste expressamente acerca da ofensa perpetrada ao dispositivo Constitucional supracitado.

É o relatório.

VOTO

Analisando os autos, vê-se que a questão deduzida no presente Recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria.

Isto porque não há nenhum dos vícios que ensejem a interposição dos Embargos. Tais argumentações foram averiguadas no julgamento ora questionado. O posicionamento da decisão embargada está balizado por vasta jurisprudência pacífica e súmula do Superior Tribunal de Justiça. Em verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

No julgado vergastado, utilizei-me do entendimento já firmado neste Egrégio Tribunal, que entende que quando da promulgação da Lei 11.195/94, a qual instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os funcionários do Poder Judiciário de Pernambuco, os servidores e funcionários

R.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

242
[assinatura]

de foro judicial e extrajudicial não oficializados só seriam beneficiados se já estivessem aposentados, naquela data, e que optassem, no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo regime instituído naquela Lei, o que não foi feito pelo embargante.

Desse modo, tem-se que o aresto embargado já enfrentou o tema trazido pela parte, com a devida fundamentação jurídica e manifestação acerca dos dispositivos incidentes na espécie, não havendo nele qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

Importa trazer à colação os seguintes julgados do STJ, assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85/STJ. OMISSÃO. ART. 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

I. Os Embargos de Declaração consubstanciam instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir obscuridade e contradição, nos termos do art. 535 do CPC, não se prestando para rediscutir a lide. Com efeito, "a rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar" (STJ, EDcl nos EDcl no Resp 1.215.960/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2011).

II. O acórdão embargado apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pelo embargante.

III. "Não é possível, em sede de embargos de declaração, adaptar o entendimento do acórdão embargado em razão de posterior mudança jurisprudencial. Orientação que somente tem sido mitigada, excepcionalmente, a fim de adequar o julgamento da matéria ao que ficou definido pela Corte, no âmbito dos recursos repetitivos" (STJ, EDcl no AgRg nos ERESp 924.992/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe de 29/05/2013).

IV. Postula o embargante, ainda, a manifestação desta Corte a propósito de suposta ofensa a dispositivos constitucionais, para fins de prequestionamento. Entretanto, a pacífica jurisprudência do STJ entende que não lhe compete manifestar-se sobre alegada violação a dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedentes.

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

243
Top.

V. Embargos de Declaração rejeitados, à míngua de vícios. (EDcl na Rcl 12.210/SP, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 04/06/2014)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. TRIÊNIO. GUARDA MUNICIPAL. DECRETO MUNICIPAL 35.086/2012. SÚMULA 280/STF. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MERA INCONFORMIDADE. MANIFESTO INTUITO PROTETATÓRIO. MULTA.

1. Não se verifica, no acórdão embargado, qualquer dos vícios de que trata o art. 535 do CPC. Em verdade, os aclaratórios veiculam mera inconformidade da parte com o resultado do julgamento, não sendo, entretanto, via própria para a rediscussão do mérito.

2. Acrescente-se que a negativa de conhecimento do Agravo Regimental fundou-se em falha processual do próprio recorrente, que se olvidou de impugnar, de forma pontual e específica, os fundamentos da decisão atacada, particularmente a incidência da Súmula 280/STF.

3. É manifesto o intuito protetatório dos Embargos Declaratórios, que, além de buscar o rejugamento da causa, insiste na tese recursal explicitamente fundada no exame de lei local (Decreto Municipal 35.086/2012).

4. Embargos Declaratórios rejeitados, com aplicação de multa. (EDcl no AgRg no AREsp 421.196/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 22/05/2014)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DENEGÇÃO. SEGUIMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO. DEBATE. TESES. MÉRITO DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração não são a via adequada para a rediscussão da causa, tal pretensão revelando-se, de modo inequívoco, quando a parte aponta omissão relativa a questão do mérito do recurso especial cujo conhecimento, todavia, não ultrapassou o óbice da Súmula 284/STF.

2. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 439.921/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 23/04/2014)

No que tange ao pedido de prequestionamento, cabe esclarecer que, ante a inoccorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

244
TJP.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PREPARO DEVIDO. RECOLHIMENTO CONCOMITANTE AO ATO DE INTERPOSIÇÃO. AUSÊNCIA. DESERÇÃO. ACÓRDÃO EMBARGADO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão (CPC, art. 535), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

2. Não há como reconhecer os vícios apontados pelo embargante, visto que o julgado hostilizado foi claro ao consignar que o preparo, devido no âmbito dos embargos de divergência, deve ser comprovado no ato de interposição do recurso, sob pena de deserção (art. 511 do CPC).

3. Os aclaratórios, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento, não podem ser acolhidos quando inexistentes as hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgrRg nos EREsp 1352503/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 05/06/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Não sendo possível identificar no acórdão embargado vício algum ensejador dos aclaratórios (omissão, contradição ou obscuridade), a rejeição dos embargos é solução que se impõe. 2. O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre aqueles considerados suficientes para fundamentar a decisão. 3. A via dos embargos declaratórios não se presta para a rediscussão dos fundamentos da decisão embargada. 4. "Não se prestam os embargos de declaração ao prequestionamento de matéria constitucional, para fins de eventual recurso extraordinário ao STF" (STJ - EDcl no RMS 18.240/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 31.08.2006). 5. Embargos de declaração rejeitados. (STJ - EDcl no AgrRg na Rcl 2792 / DF EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO 2008/0077449-0; Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS) (8155); S2 - SEGUNDA SEÇÃO; Julgado em 09/12/2009; DJe 18/12/2009).

Outrossim, cumpre esclarecer que o julgador não está adstrito a julgar a lide analisando todas as alegações das partes. Nesse sentido, colhe-se recente decisão do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MILITAR. REMUNERAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. INCONFORMISMO COM A TESE FIRMADA. CONFISSÃO. COISA JULGADA.

M.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

245
[assinatura]

1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresenta omissivo, contraditório ou obscuro, bem como para sanar eventual erro material no acórdão, o que não ocorre na espécie.
2. O acórdão embargado foi claro ao explicitar que o pedido de inclusão dos soldos decorrente da concessão mandamental devem ser feitos até a vigência da Lei n. 8.162/91, quando estabelecida nova sistemática remuneratória aos militares.
3. Entendimento contrário ao interesse da parte e omissão no julgado são conceitos que não se confundem.
4. O juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão.
5. A alegação da parte de "o silêncio da União a respeito do pedido formulado implica confissão dos fatos alegados" não se mostra relevante à controvérsia, visto que o magistrado deve, ex officio, rechaçar pretensão contra legem, como a almejada pela parte, em fazer-se locupletar a base de interpretação/extensão ilegítima do título judicial.
6. A coisa julgada é a eficácia que torna imutável a relação jurídica declarada pelo Poder Judiciário, de modo que foge ao alcance da coisa julgada, sem violar, portanto, a modificação nas circunstâncias de fato ou de direito ocorridas na relação jurídica acertada. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no MS . 22/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 09/06/2014)

Sendo assim, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo julgador ao decidir a matéria, e, portanto, ausente a necessidade de esclarecimentos no julgado recorrido, não prosperam as razões da parte embargante.

Dessa forma, voto no sentido de **rejeitar** os Embargos Declaratórios.

É como voto.

Recife, 13 de junho de 2014.

[assinatura]
Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator